



REQUERIMENTO Nº. /2026

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Franca/SP.

DESPACHO.

Encaminha-se.

Sala de Sessões, ___/___/___.

Presidente

O vereador que a este subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer nos termos regimentais, **informações sobre a conformidade da Prefeitura Municipal com a NR-1 e eventual fiscalização do Ministério do Trabalho.**

A NR-1 estabelece diretrizes obrigatórias relativas à saúde e segurança no trabalho, impondo ao empregador — inclusive ao ente público — o dever de identificar, avaliar e controlar riscos ocupacionais.

O não atendimento às exigências da norma pode ensejar fiscalização e autuação por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, além de outras consequências relevantes, tais como: aplicação de penalidades administrativas; apontamentos pelos órgãos de controle, inclusive Tribunal de Contas; geração de passivos trabalhistas e aumento de despesas públicas evitáveis; risco de dano ao erário; responsabilização dos gestores públicos, em razão de eventual omissão no dever de prevenção.

Diante do exposto, requer que a Prefeitura::

- Informe se possui Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) instituído e em pleno funcionamento;
- Encaminhe cópia atualizada do PGR;
- Apresente o inventário de riscos ocupacionais dos diversos setores da administração;
- Informe quais medidas de controle e prevenção estão sendo adotadas;
- Comprove a realização de treinamentos obrigatórios aos servidores;
- Indique os responsáveis técnicos pela gestão da saúde e segurança do trabalho;



- Informe se o Município já foi alvo de fiscalização, notificação ou autuação por parte do Ministério do Trabalho e Emprego ou outros órgãos;
- Esclareça se o Município se encontra plenamente adequado à NR-1, e, em caso negativo, apresentar cronograma detalhado de adequação.

Registre-se que a ausência de adequação às normas de saúde e segurança do trabalho poderá ensejar a adoção de medidas cabíveis, inclusive o encaminhamento de informações aos órgãos competentes para apuração de eventual irregularidade.

Trata-se, portanto, de tema sensível e de impacto direto na gestão pública, na proteção dos servidores e na responsabilidade administrativa do Município.

O presente requerimento visa garantir transparência, responsabilidade administrativa e prevenção de riscos, resguardando o interesse público e evitando consequências futuras mais gravosas.

Diante do exposto, solicito o encaminhamento das informações acima descritas e desde já agradeço a atenção dispensada.

Câmara Municipal, 17 de abril de 2026.

Vereador Marcelo Tidy